Resenha

Apresentando “Os BRICS e as transformações na ordem internacional”: identidade e transformações nos estudos dos BRICS

NOGUEIRA, J. P. (org.). *Os BRICS e as transformações na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.

Paulo Henrique Chamon¹

O livro *Os BRICS e as transformações na ordem internacional*, organizado por João Pontes Nogueira, realiza um importante movimento em direção à concretização da agenda de pesquisa dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no Brasil e do lugar do BRICS Policy Center (BPC) enquanto uma das instituições pioneiras no desenvolvimento dessa agenda. Com efeito, o propósito do livro – reunir pesquisadores de diversos institutos de pesquisa, áreas do conhecimento e localizações geográficas sob uma mesma temática – aponta para a tentativa de congregação, aproximar e, assim, criar densidade de pesquisa ao redor de uma nova temática, mais do que apresentar para uma comunidade epistêmica já formada a contribuição específica que o BPC busca trazer.

Nesse sentido, *Os BRICS e as transformações na ordem internacional* realiza uma função tanto informativa quanto performativa. Por um lado, a obra pode ser lida a partir de sua explícita função locucionária de oferecer informações e análises acerca dos BRICS. Por outro lado, a obra deve igualmente ser entendida como realizando o ato performativo de criar uma agenda de pesquisa a partir da constituição de um objeto específico – o agrupamento dos países BRICS – e de um conjunto de sujeitos-pesquisadores ao seu redor. Nesse sentido, o livro organizado por João Pontes Nogueira pode ser entendido como uma “apresentação” dos BRICS, ou seja, não uma representação de um objeto dado a partir da perspectiva de sujeitos pré-existentes, mas o movimento mesmo de constituição de seu objeto pesquisado e de seus sujeitos pesquisadores, dando-lhes significado no ato de enunciá-los (AUSLANDER, 2004; WEBER, 1998; PARKER; SEDGWICK, 1995).

Do ponto de vista informativo, a obra pode ser dividida em duas partes. A primeira, constituída por três capítulos, volta-se ao estudo do agrupamento BRICS. Assim, no capítulo “Os BRICS e a crise na governança global”, Zorawar Singh apresenta o lugar dos BRICS na agenda de governança global e o lugar desta na articulação do agrupamento. Nesse sentido, argumenta que, diante da crise ideológica, geopolítica e geoecônômica pela qual passa a ordem internacional devido às dinâmicas instauradas pela própria globalização, os BRICS emergem, pelo seu próprio

1. Paulo Henrique Chamon é mestre e doutorando em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio. É também coautor de “O potencial de cooperação energética entre os BRICS e seus entraves geopolíticos”, publicado na obra resenhada. Email: paulochamon@gmail.com

interesse egoísta, não como uma força de reajuste da globalização nos termos atuais, mas como uma esperança de reorganização da governança global em direções mais fragmentadas, descentralizadas e democráticas. Dando continuidade à discussão acerca do surgimento dos BRICS, Diego Santos investiga, no capítulo “De Nova Iorque a Nova Délhi: informalidade, flexibilidade e independência no BRICS”, os compromissos e instrumentos de implementação assumidos ao longo da trajetória do agrupamento entre 2006 e 2011, argumentando que a opção por instrumentos de baixa obrigação, precisão e delegação está ligada à sua preferência por agilidade. Finalmente, no capítulo intitulado “BRICS, uma comparação geoeconômica: assimetrias e convergências em um mundo em transição”, Diego Pautasso aborda a formação dos BRICS e seu papel em uma nascente nova ordem mundial a partir da análise comparada de suas economias, argumentando que a projeção política do agrupamento dependerá da capacidade de coordenação que conseguir articular a partir de suas proximidades e tensões.

A segunda parte, por sua vez, é composta por quatro contribuições acerca dos países BRICS individualmente e das relações bilaterais e multilaterais que emergem de suas características particulares. Busca, assim, traçar linhas de investigação acerca de dinâmicas específicas de cooperação entre os países. Nesse sentido, Ana Regina Simão apresenta, no capítulo “A relação Brasil-Índia: uma das faces dos BRICS (2003-2011)”, o histórico e complexo de relações Brasil-Índia, com destaque para a aproximação comercial entre esses países desde a década de 1990. Para a autora, o estreitamento das relações comerciais indiano-brasileiras abre espaço para uma agenda de cooperação diversificada e de coordenação política. Ainda, por considerar Brasil e Índia importantes protagonistas do agrupamento, Simão sustenta que os BRICS tanto expressam e fortalecem essa aproximação comercial quanto são influenciados por ela. Em linha semelhante, Fabiano Mielniczuk no capítulo “Relação Brasil-Rússia (1991-2011): novas identidades, interesses convergentes” analisa as transformações das relações entre os dois países a partir do ano 2000, apontando o lugar de sua aproximação na constituição dos BRICS. O terceiro tema, abordado por José María Gómez, Paulo Henrique Chamon e Sérgio Brito Lima em “O potencial de cooperação energética entre os BRICS e seus entraves geopolíticos” diz respeito à questão energética nos cinco países no quadro do fortalecimento dos discursos de sustentabilidade. Essa é associada pelos autores às possibilidades de redesenho da governança energética global – e do regime de sustentabilidade global – colocadas ao e pelo agrupamento em função de suas matrizes energéticas particulares e do peso de suas economias. A obra é encerrada pela análise comparada de Pedro da Motta Veiga e Sandra Rios acerca das políticas industriais ambientais de Brasil e China face aos desafios comuns de desenvolvimento sustentável no capítulo “Transição para a economia verde: políticas industriais comparadas de Brasil e China”. Os autores argumentam que a tendência de investimentos no Brasil é danosa a um projeto voltado à energia limpa e que a forte dimensão “verde” do pacote de investimentos lançado pela China em resposta à crise global aponta em direções mais promissoras, indicando possibilidades de cooperação porvir.

Conforme visto, o aspecto informativo é apenas uma dimensão da obra. Com efeito, quando analisada do ponto de vista de sua performatividade, a constituição simultânea de objeto (BRICS) e sujeito (pesquisadores) realizada pelo livro resulta em um processo dinâmico e contingente que, por sua natureza, não pode ser totalmente fixado. Esse processo rouba dos pesquisadores-autores aquela posição soberana a partir da qual podem analisar e produzir significado sobre uma realidade que lhes é exterior. Assim, ao se desestabilizar a unidade e fixidez dos sujeitos-autores do livro, abre-se espaço para a proliferação de seus sentidos e, portanto, para a abordagem de seu aspecto performativo (DUQUE-ESTRADA, 2010; FOUCAULT, 2001)²

Assim, a estabilidade da relação entre sujeitos e objetos pré-sociais é substituída pela articulação performativa dos pesquisadores e dos objetos pesquisados: o ato da construção dos BRICS é simultâneo e indissociável da constituição do campo de estudos sobre os BRICS e dos pesquisadores que, aos poucos, são posicionados e se posicionam nele. A força enunciativa fundamental da obra deve ser localizada em seu papel de apresentação de um objeto, de uma agenda, de um centro de pesquisa e de um conjunto de pesquisadores. A obra é tanto constituída a partir da agenda BRICS quanto constitutiva desta. Nesse contexto, a presente resenha propõe abordar o conteúdo informativo do livro a partir da sua função performativa, ou seja, analisar o que o texto diz do ponto de vista daquilo que ele faz, produz, constitui.

Para tal, identifica o par conceitual “identidade e transformação” como o núcleo que articula o conjunto da obra. Com efeito, tal par é anunciado já no título: Os BRICS e as transformações da ordem internacional coloca, lado a lado, a questão da identidade, da unidade (dos BRICS, da ordem internacional) e da transformação (elemento articulador da problemática do livro). O tratamento dado a tais conceitos faz emergir as posições em jogo no livro. Sob esse aspecto, a divisão informativa do livro apresentada acima pode ser lida em conformidade com a função performativa de cada parte. Ao estudar os BRICS enquanto agrupamento, a primeira parte busca constituir performativamente um objeto de estudos. Por sua vez, ao abordar temáticas ao redor dos BRICS, a segunda parte busca gerar densidade ao redor do nascente objeto, ampliando sua agenda de pesquisa.

A seção voltada à constituição de um objeto, ao discutir a formação e institucionalização dos BRICS e seu papel geopolítico na reforma da governança global, situa um novo ator da política internacional. Nesse âmbito, é notável a ausência do debate acerca da relevância ou propriedade de tratar o agrupamento como um ente político, ou seja, como mais do que um conjunto de economias individuais destacadas pela Goldman Sachs³. De fato, a despeito dos inúmeros debates sobre este tema – notadamente no âmbito do próprio BPC –, o livro não os aborda: em outras palavras, as diferentes contribuições ao volume tomam todas como ponto de partida a existência e relevância política do agrupamento. Tal posicionamento é talvez mais explícito na afirmação de Singh (2012, p. 29-30), para quem “os analistas do sul prestam um desserviço ao desvalorizar esse jovem agrupamento. A questão que deveria estar em voga no

2. Nas palavras de Duque-Estrada (2010, p. 136), “[e]m verdade, o tema da ‘morte do autor’ não se destina, como parece supor a crítica humanista, ao extermínio ou aniquilamento de nada. Ele não pretende ‘matar’ o autor ou o sujeito e, muito menos, o Homem, mas sim desfazer a ilusão de sua posição central, privilegiada, a partir da qual ele se encontraria (...) em condições de imprimir movimento e ordem à escrita”.

3. Historicamente, o acrônimo BRIC – antecessor dos BRICS – foi formulado em 2001 pelo relatório “Building better global economics BRICs” de Jim O’Neil (economista chefe da Goldman Sachs) como o conjunto das economias cuja importância viria a ultrapassar o G7 nas décadas por vir (O’NEIL, 2001).

debate é a direção a ser adotada pelos BRICS”. Com efeito, ao argumentar o papel que os BRICS devem assumir na reformulação da ordem global após as transformações do fim da Guerra Fria e indicar os ajustes internos necessários para facilitar o cumprimento de suas funções, o autor trata o agrupamento como um dado que precisa, no máximo, de alguns ajustes no âmbito da competição interna.

Na mesma linha, o título da contribuição de Diego Santos – “De Nova Iorque a Nova Délhi” – revela a relação entre suas dimensões informativa e performativa ao situar o ponto de origem do agrupamento no momento de sua primeira reunião ministerial, feita à época da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006. Com isso, não somente a questão da formulação política do agrupamento é situada em um ponto no passado, poupando o presente desse questionamento, como também a identidade dos BRICS é atrelada à dimensão de sua configuração política. Ademais, o autor utiliza as Cúpulas dos BRICS (Ecaterimburgo em 2009, Brasília em 2010, Sanya em 2011 e Nova Délhi em 2012) como marcador cronológico da história do agrupamento, reafirmando o objeto como um ente político guiado pelos encontros de seus chefes de Estado. Finalmente, conquanto comece sua contribuição apontando para a flexibilidade e informalidade como uma opção política, o autor rapidamente retorna a uma posição normativa na qual defende a necessidade por maior institucionalização em prol da consolidação. Tal virada, ao lado das demarcações temporais indicadas, evidencia a dimensão performativa do texto. Com efeito, a normatividade de ambas as contribuições revela, em grande parte, o movimento performativo realizado.

Nesse sentido, a dinâmica da identidade aparece de forma homogênea em ambas as contribuições, sustentando o ponto de vista de que os BRICS representam um agrupamento suficientemente coeso para que sua existência não esteja em questão – apenas seu aprofundamento ou possível deterioração. A ideia de unidade dos BRICS é, outrossim, reforçada pela concepção de transformação em termos de ruptura na ordem internacional – localizada esta ora no final da Guerra Fria, ora na consolidação da globalização na década de 1970. Tal ruptura temporal representa uma forma de lidar com o movimento performativo que, conforme visto, solapa identidades fixas. Com efeito, ao efetuar uma quebra no tempo, interrompe o movimento constante e separa o passado – aquilo que já foi – do presente – aquilo que é –, permitindo a existência de identidades, sujeitos e objetos inalterados pelo fluxo do tempo⁴ (FASOLT, 2002; 2011; DAVIS, 2010). Assim, uma concepção específica da transformação articula-se com o tratamento da identidade do agrupamento conforme abordada nesses dois capítulos.

Bergson (1991) apresenta tal entendimento da mudança como sustentado sobre uma espacialização do movimento que, ao torná-la divisível, possibilita sua representação e estudo em termos de estados estáticos sucessivos⁵. Em contraposição a tal perspectiva, o autor propõe uma metafísica do movimento segundo a qual a única coisa constante no mundo é a mudança. Esta não pode ser dividida, segmentada ou transformada em uma sucessão de formas estáveis. Nesse sentido, a transformação é um processo contínuo e inevitável; se sua apreensão sempre envolve um

4. A divisão entre passado e presente é sempre artificial, dado que não é passível determinar objetivamente quando um começa e o outro acaba.

A cisão entre ambos é sempre um movimento político de implicações centrais. Segundo Bartelson (2007, p. 122), *“the study of political thought cannot take any distinction between past and present for granted, but must be prepared to analyze how this distinction has been drawn in order to support or debunk different political positions”*. Nesse sentido, Fasolt (2004, p. 7) afirma que *“[i]f history is the form in which we contemplate a past that is immutably divided from the present, then citizenship, sovereignty, and the state are the categories by which we declare our freedom to change the present into the form that we desire for the future”*. Para uma discussão do papel político das rupturas temporais, ver Chamon (2012).

5. Para um exemplo dessa concepção da mudança no estudo de Relações Internacionais, ver Hostli (2004).

grau de reificação, deve não obstante ser entendida como a representação de um processo, e não de uma sequência de etapas (BERGSON, 1991).

Ao desestabilizar a concepção de transformação vigente nos dois capítulos apresentados, essa posição também rearticula a possibilidade de uma identidade fixa para o agrupamento e nascente objeto de estudo BRICS. Uma tentativa de constituir-los sob uma ótica mais próxima a esta perspectiva pode ser encontrada no capítulo de Diego Pautasso, no qual a transformação aparece como um elemento intrínseco à continuidade, como um conjunto de elementos que, apoiando-se naquilo que “veio a ser”, lança as bases para aquilo que “está em processo de formação”⁶. Em nenhum dos dois casos o presente é tomado como um “em si”, mas como um momento de articulação do ser/sendo (being) e do tornar-se (becoming). Assim, ao abordar os BRICS como herdeiros do processo de constituição da ordem mundial capitalista contemporânea e de suas dinâmicas contraditórias – tendo no Movimento dos Não Alinhados um de seus precursores –, o autor busca apresentar o agrupamento como um objeto existente dentro de um processo amplo e contínuo. Com isso, dificulta a compreensão de sua identidade em termos fixos, em prol de sua contingência sobre os processos geoeconômicos da ordem internacional.

A segunda parte da obra, por sua vez, ao abordar novas temáticas de cooperação e o papel de relações bilaterais entre os países, apresenta uma agenda ampliada de pesquisa acerca e ao redor dos países BRICS. Nesse sentido, a inclusão de temas como cooperação no âmbito da energia e da sustentabilidade realiza a função de ampliar o significado do agrupamento em novas direções, indo além da sua formulação pelo Goldman Sachs em 2001, ou mesmo de um entendimento ligado à reforma da governança econômica global. Assim, tem o importante papel performativo de organizar a agenda ao redor da qual o objeto até então apresentado se insere. Nesse sentido, o capítulo de Gómez, Chamon e Lima é indicativo da busca por constituir uma nova agenda de pesquisa que conecte os BRICS enquanto agrupamento à ordem energética global a partir da análise de suas matrizes energéticas nacionais. Da mesma forma, Veiga e Rios apontam direções para uma nova agenda de cooperação no âmbito da sustentabilidade entre Brasil e China. A enunciação de possibilidades de cooperação é também a enunciação de uma agenda de pesquisa e de uma agenda política⁷ em formação.

A diferença performativa entre os dois textos, por sua vez, é fundamental ao entendimento do espaço epistêmico e institucional da nova agenda BRICS. O primeiro aborda explicitamente os BRICS, buscando (re) articulá-los ao redor de uma nova temática, apoiado na ideia de que a identidade do agrupamento pode transbordar para novas agendas. O segundo, por outro lado, utiliza o agrupamento apenas como um pano de fundo para uma análise comparada de relações bilaterais entre Brasil e China. Assim, duas dinâmicas distintas e interligadas são reveladas: a busca do objeto (BRICS) e de seus sujeitos-pesquisadores por ampliar sua agenda, incorporando novas áreas de estudos, e a busca por áreas já instituídas por capitalizar a inércia ao redor dos BRICS para suas próprias agendas. Tal dimensão é central à contextualização da agenda performativa da obra, uma vez que revela a negociação necessária para a consolidação do objeto BRICS.

6. A busca por entender o agora em termos da relação entre o “passado recente”, história que tornou o agora possível, e o “futuro próximo”, aquilo que pertence ao processo de tornar-se (“becoming”), é apresentada por Deleuze (2002).

7. De fato, essas novas agendas constituem pontos fundamentais abordados pela Declaração de Nova Délhi como temáticas estratégicas para a cooperação intra-BRICS no futuro próximo (BRICS, 2012).

O fato de essas dinâmicas apresentarem-se no âmbito dos estudos acerca da posição internacional do Brasil – e de suas relações bilaterais – é indicativo do espaço epistêmico e institucional a partir do qual a agenda dos BRICS busca se constituir. Tal dimensão é destacada pela análise daquilo que os capítulos de Ana Regina Simão e Fabiano Mielniczuk realizam ao falarem de relações Brasil-Índia e Brasil-Rússia, respectivamente. Com efeito, ao abordarem tais relações, os autores situam a obra organizada por João Pontes Nogueira dentro de um debate nacional, na medida em que revelam como a constituição do objeto de estudos BRICS não é feita em um espaço epistêmico abstrato, mas a partir de uma preocupação concreta em entender a posição do Brasil na reforma da ordem internacional. Essa preocupação – presente notadamente na constituição do BPC – situa o novo objeto próximo a um campo acadêmico, dando-lhe forças, mas também dificultando sua instituição autônoma. Ao situar a nascente agenda de pesquisa dos BRICS, esses capítulos fortalecem a dimensão performativa da obra.

Tendo em vista os elementos levantados por esta apresentação, *Os BRICS e as transformações da ordem internacional* possui uma importância fundamental em seu aspecto performativo. Com efeito, um olhar atento a essa dimensão permite reorganizar a obra em termos do que ela faz, e não apenas do que ela diz. Nesse sentido, o livro revela sua função de constituir tanto seu objeto de estudo quanto o grupo de sujeitos-pesquisadores a ele associado. Tal perspectiva altera a topografia da obra, que passa a se dividir não mais em função do conteúdo locucionário dos capítulos, mas daquilo sobre o que se apoiam e possibilitam.

Nesse sentido, a presente resenha identificou três movimentos performativos principais. O primeiro diz respeito à identidade e existência dos BRICS enquanto unidade política autônoma na ordem internacional. Aqui, identidade e transformação são articuladas em prol da afirmação implícita da fixidez destas (capítulos 1 e 2), mas também da sua contingência histórica (capítulo 3). O embate que aparece entre essas posições é expressão das questões centrais que perpassam os BRICS hoje, tanto no âmbito da academia quanto da política internacional. O segundo movimento refere-se à agenda de pesquisa associada ao acrônimo e aponta para a busca pela ampliação dessa agenda como central à afirmação do agrupamento como um objeto de estudos. A disputa entre áreas e objetos de conhecimento que a obra transparece é reforçada no terceiro movimento que, ao situar os BRICS próximos à agenda de pesquisa acerca da posição do Brasil na ordem internacional, apresenta os antecedentes da nascente agenda, assim como as disputas que se organizam ao seu redor.

Ao lançar luz sobre essas dinâmicas performativas, a presente resenha propôs apresentar *Os BRICS e as transformações da ordem internacional* nos mesmos termos em que este apresentou os BRICS. Desestabilizando seu objeto e posicionando seu autor no entre-lugar que lhe é cabido – entre a obra e a resenha –, esta análise procurou abrir espaço para a proliferação de sentidos das contribuições individuais e da coletânea como um todo. Na medida em que esta assume, de forma bem-sucedida a nosso ver, uma posição central na constituição da agenda BRICS, esta resenha espera trazer sua contribuição para a mesma, voltando seus leitores para as dimensões informativas e performativas que perpassam a obra e os debates em que se insere.

REFERÊNCIAS

- AUSLANDER, P. "Postmodernism and performance". In: CONNOR, S (org). *The Cambridge Companion to Postmodernism*. Cambridge: CUP, 2004.
- BARTELSON, J. Philosophy and History in the Study of Politics Thought. *Journal of Philosophy of History*, Vol. 1, No. 1, 2007, pp. 101-124.
- BERGSON, H. "The perception of change". In: PEARSON, K; MULLARKEY, J. *Key Writings*. New York/London: Continuum, 2002, pp. 248-267.
- BRICS. 4ª Cúpula do BRICS – Declaração de Nova Déli. 29 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-nova-delhi-29-de-marco-de-2012-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- CHAMON, P. "História, Tempo, Política". In: _____. *Política do tempo e práticas de discriminação na sociedade internacional moderna*. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- DAVIS, K. *Periodization and Sovereignty*. How ideas of feudalism and secularization govern the politics of time. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.
- DELEUZE, G. "What is a dispositif?". In: FOUCAULT, M.; ARMSTRONG, T. *Michel Foucault Philosopher*. New York: Routledge, 1991, pp. 159-168.
- DUQUE-ESTRADA, P. C. "Observações sobre a chamada 'morte do autor'". *Sinais Sociais*, v. 5, n. 14, (set/dez. 2010), pp. 130-149.
- FASOLT, C. *The limits of history*. Chicago: University of Chicago, 2004. 326 p.
- _____. Breaking up Time—Escaping from Time. Self-assertion and Knowledge of the Past. 2011. Trabalho não publicado apresentado no Workshop do Freiburg Institute for Advanced Studies "Breaking up Time: Settling the Borders between the Present, the Past and the Future". Comunicação pessoal com o autor.
- FOUCAULT, M. "Qu'est ce qu'un auteur?". In: _____. *Dits et Ecrits Vol. I*. Paris: Gallimard, 2001.
- HOLSTI, K. J. "The problem of change in international relations: rhetoric, markers, and metrics". In: _____. *Taming the Sovereigns: Institutional Change in International Politics*. Cambridge: CUP, 2004.
- NOGUEIRA, J. P. (org.). *Os BRICS e as transformações na ordem internacional*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012.
- O'NEIL, J. Building better global economic BRICs. *Goldman Sachs website*, 30 nov. 2001. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/brics-reports-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2011.
- PARKER, A.; SEDGWICK, E. "Introduction: Performativity and Performance". In: _____ (ed). *Performativity and Performance*. New York/London: Routledge, 1995.
- WEBER, C. Performative states. *Millennium: Journal of International Studies*, Hoboken, v. 27, p. 77-95, mar. 1998.